

A IMPORTÂNCIA DO PAI E AS IMPLICAÇÕES DE SUA AUSÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Nicole Jennyfer Pontes de Oliveira, Renata Meneghini.

Universidade do Vale do Paraíba/Faculdade de Educação e Artes/Curso de Psicologia, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil,
nicolejpoliveira@gmail.com, meneghini2009@gmail.com.

Resumo – Na atualidade, as configurações familiares se apresentam além da noção ideal de família nuclear – pai, mãe e filhos, unidos por laços sanguíneos e conjugais. Com a evidência de altos índices de ausência paterna no ambiente familiar, é pertinente avaliar o papel do pai para o desenvolvimento infantil e quais os possíveis impactos de sua ausência para o desenvolvimento posterior. Neste artigo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica acerca do tema exposto, por meio de bases de dados e ferramentas de busca *online*. Os resultados encontrados indicaram uma função social e cultural para o envolvimento do pai com a criança, enquanto a sua ausência pode causar o desenvolvimento de comportamentos de risco. Por fim, concluiu-se que tanto a presença quanto a ausência paterna funcionam em articulação às normas sociais e culturais do momento histórico e influenciam de maneira diferente no desenvolvimento humano conforme a estruturação familiar.

Palavras-chave: desenvolvimento infantil, paternidade, ausência paterna.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas. Psicologia.

Introdução

Em uma família nuclear, os papéis sociais dos pais são, tradicionalmente, bem definidos, a mãe é responsável pelo cuidado e pela educação da criança e o pai é quem deve dar sustento material e construções morais. Por outro lado, com os rearranjos familiares e a entrada da mulher no mercado de trabalho na contemporaneidade, esses papéis mostram-se mais flexíveis, permitindo ao pai ter um maior envolvimento afetivo com o filho e com o lar. Entretanto, essa mudança de comportamento ainda é muito lenta e incipiente, prevalecendo a caracterização do esquema patriarcal (BENCZIK, 2011; MANFROI; MACARINI; VIEIRA, 2011).

Em contraste, as mudanças no modo de organização familiar contemporâneo no Brasil representaram um aumento no número de famílias monoparentais, com ênfase nas mulheres como responsáveis. O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) apontou que, do total de famílias brasileiras, 37,2% apresentavam mulheres como responsáveis pela família e, desta amostra, 43,4% eram mulheres com filhos e sem cônjuges. Da mesma forma, a primeira vista da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2012 indicou que 36,9% dos domicílios consultados apresentavam a mulher como o indivíduo responsável pela família, já os dados da PNAD Contínua de 2019 indicavam um aumento para 48,1% dessa realidade (IBGE, 2019).

Frente a isso, é pertinente refletir sobre a figura paterna no ambiente familiar, questionar qual o seu papel para o desenvolvimento cognitivo e psicossocial do indivíduo e quais os impactos de sua ausência, uma vez que a interação com a família direta é extremamente importante para o desenvolvimento saudável do indivíduo (PAPALIA; FELDMAN, 2013). Para tanto, sob a perspectiva da Psicologia do Desenvolvimento, coube realizar um levantamento da literatura científica disponível sobre o desenvolvimento infantil. Dessa forma, pretende-se contribuir para uma melhor compreensão da problemática apresentada, uma vez que estudos atuais sobre a função do pai para o desenvolvimento infantil são poucos em comparação àqueles sobre a figura materna.

Metodologia

O presente trabalho, de cunho teórico, caracteriza-se como uma pesquisa analítico-descritiva acerca do papel do pai para o desenvolvimento infantil e os impactos de sua ausência para o indivíduo. Para tanto, realizou-se um levantamento da literatura científica disponível nas bases de dados *online* SciELO

SOCIEDADE EM REDE:

EDUCAÇÃO, PESQUISA E DESAFIOS NOS TEMPOS ATUAIS

(*Scientific Eletronic Library Online*) e PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), e também na ferramenta de busca Google Acadêmico, por meio da pesquisa dos descritores “parentalidade/parenthood”, “paternidade/fatherhood”, “figura paterna/father figure”, “ausência paterna/father absence” e “desenvolvimento infantil/child development”. Considerou-se o período de publicação entre 2000 e 2020 como critério de relevância para análise dos dados.

Resultados

A família como uma instituição varia conforme as normas sociais e culturais do momento histórico. A família nuclear é o modelo mais disseminado atualmente, o qual é constituído por pai, mãe e filhos, e é clássico do funcionamento ocidental. Nesse modelo, à mulher é atribuída a maternidade e os cuidados com o lar, enquanto ao homem, o sustento financeiro e a construção moral da família, afastando-o do convívio doméstico. Essa relação resulta em diferentes interações pai-filhos e mãe-filhos (BORSA; NUNES, 2011; MANFROI; MACARINI; VIEIRA, 2011; SARAIVA; REINHARDT; SOUZA, 2012; CÚNICO; ARPINI, 2013; MARCONDES et al, 2018).

A família passou por diversos rearranjos ao longo da história da humanidade. Na Antiguidade Clássica, especificamente na Roma Antiga, a família fundava-se na soberania do pátrio poder. O *pater famílias* era a autoridade máxima no contexto familiar, o qual era responsável pela manutenção autoritária do caráter e da moral da família. Posteriormente, na Idade Média, a família se apresenta como um núcleo mais moral e social do que afetivo, considerando-se que as relações conjugais eram pautadas na transmissão de bens e não em um relacionamento amoroso. A família medieval via a criança como um pequeno adulto e, por isso, o afeto entre pais e filhos era pouco (CÚNICO; ARPINI, 2013; MARCONDES et al, 2018). Já no Renascimento, inicia-se uma aproximação afetiva dos pais para com os filhos no lar e na sociedade, o que se estendeu e se desenvolveu até a Idade Moderna. Com o advento da propriedade privada na Modernidade, a ideia de uma família nuclear, localizada em um lar privado, começa a se desenvolver e se disseminar, caracterizada por um ideal de amor romântico atrelado ao casamento, o qual se pauta na intimidade, fidelidade e legitimidade do casal. O núcleo familiar passa a girar em torno da criança, a qual é alvo de investimentos tanto afetivos quanto educativos e econômicos. Frente a isso, atribui-se ao pai o sustento financeiro e moral do lar e à mãe o cuidado da prole e os afazeres domésticos, subjugando-a ao homem (SILVA et al, 2005; CÚNICO; ARPINI, 2013; MARCONDES et al, 2018).

Na pós-modernidade, a família entra em crise junto do patriarcado, o que é creditado ao “ingresso da mulher no mercado de trabalho, o movimento feminista, os métodos anticoncepcionais e a possibilidade de divórcio” (CÚNICO; ARPINI, 2013, p. 31) e às lutas sociais pela democracia e igualdade de direitos. A família deixa de ser uma instituição obrigatoriamente pautada na conjugalidade e torna-se um contrato livre entre indivíduos, em seus mais diversos arranjos (CÚNICO; ARPINI, 2013).

Na atualidade, os arranjos familiares vão além da família nuclear heterossexual, podendo se apresentar como famílias monoparentais, famílias recompostas, famílias de casais sem filhos, famílias homoafetivas e outras configurações. Dando ênfase à família monoparental, tem-se que ela se caracteriza pela presença do pai ou da mãe somente, que podem estar separados por diversos motivos, e dos filhos (CÚNICO; ARPINI, 2016). No Brasil, as famílias monoparentais são principalmente femininas, com as mães chefiando as famílias (IBGE, 2010). Nesse contexto, as concepções sobre paternidade sofreram diversas mudanças também, como apontado nos estudos de Perucchi e Beirão (2007), nos quais mulheres chefes de família apontaram assumir tanto funções maternas quanto paternas no funcionamento familiar, e nas entrevistas de Cúnico e Arpini (2016), que apresentaram resultados em concordância, nas quais muitas das participantes mencionaram que na realidade os pais não são idealmente presentes ou afetuosos.

O papel dos pais como cuidadores é fundamental na primeira infância, quando a criança ainda não tem plenas capacidades físicas e cognitivas (PAPALIA; FELDMAN, 2013). A maternidade e a paternidade vão além dos aspectos biológicos e se firmam no aspecto sociocultural. Sob uma perspectiva evolucionista, a família nuclear monogâmica assente maior segurança e certeza da paternidade, permitindo maior envolvimento paterno indireto ou direto com a prole, contudo ainda não

SOCIEDADE EM REDE:

EDUCAÇÃO, PESQUISA E DESAFIOS NOS TEMPOS ATUAIS

tão frequente quanto o materno (MANFROI; MACARINI; VIEIRA, 2011). Segundo Paquette (2004 apud MANFROI; MACARINI; VIEIRA, 2011), tanto o pai quanto a mãe atuam nas esferas emocionais e de controle para com os filhos, cada qual de sua própria maneira, sendo que o homem tende para o controle e a mulher para a afetividade. Assim, a proximidade do pai se dá pela permissividade à exploração do ambiente, principalmente por meio de brincadeiras, o que permite a autodescoberta por parte da criança e influencia em seu desenvolvimento motor.

Para a psicanálise, o pai tem papel decisivo no rompimento da relação edípica entre mãe e bebê, como mediador para o mundo real e articulador da moral, apresentando, portanto, uma função social (ABERATURY, 1991 apud BENCZIK, 2011; MUZA, 1998 apud BENCZIK, 2011). É na dinâmica edipiana que o pai exerce a maior influência no filho, como mediador do simbólico e da cultura, o que influencia, por sua vez, na estruturação psíquica do indivíduo em desenvolvimento. A passagem da simbiose mãe-filho para o triângulo edípico mãe-filho-pai influencia diretamente na socialização geral do indivíduo. “Ao se afastar da mãe e se envolver com o pai, a criança desenvolve maiores habilidades exploratórias e responsividade social” (SARAIVA; REINHARDT; SOUZA, 2012, p. 56). O pai representa uma figura de ordem, firmeza, inflexibilidade para os filhos.

É essa presença que facilitará a estes a passagem do mundo da família para o mundo social e que propiciará o acesso à agressividade, à afirmação de si, à capacidade de se defender e de explorar o ambiente (GOMES; RESENDE, 2004 apud SGANZERLA; LEVANDOWSKI, 2010).

Segundo Lamb et al (1985 apud BUENO; VIEIRA, 2014), o envolvimento paterno é constituído de três aspectos fundamentais: a interação direta com o filho; a acessibilidade do pai para a criança; e a responsabilidade de garantir recursos e cuidados à criança. Em contraste a isso, a ausência paterna se refere ao não-envolvimento paterno, caracterizado pelo pai fisicamente presente e afetivamente ausente, ou ao pai fisicamente ausente, como por separação, divórcios, morte ou trabalho, o que pode interferir na relação afetiva com os filhos (SGANZERLA; LEVANDOWSKI, 2010).

Como apontado na pesquisa bibliográfica de Sganzerla e Levandowski (2010), a ausência do pai no desenvolvimento inicial da criança pode gerar prejuízos que refletirão no desenvolvimento de características posteriores, como comportamentos delinquentes, consumo de drogas, atividade sexual precoce, baixo desempenho escolar, conflitos familiares e outros. A falta do afeto paterno pode resultar em desvalorização da autoestima da criança, a qual pode apresentar sintomas depressivos e autodepreciativos, pois se culpa pela ausência do amor paterno (FERRARI, 1999 apud EIZIRIK; BERGAMANN, 2004). Posteriormente, na adolescência, o indivíduo pode desenvolver traços de personalidade depressiva, de exclusão social e de baixa amabilidade (SANTOS; AGNONESE, 2016). Ainda na adolescência e idade adulta, o indivíduo pode encontrar dificuldade em estabelecer relações sociais e relacionamentos amorosos, devido à insegurança causada pela ausência da figura paterna, já que esta representa um ponto de partida para o reconhecimento do indivíduo como ser social e para o desenvolvimento sexual (SANTOS; AGNONESE, 2016; EIZIRIK; BERGAMANN, 2004).

Ao mesmo tempo, a presença de um arranjo familiar forte e bem constituído pode minimizar os prejuízos da ausência paterna.

A ausência paterna repercute de diferentes formas em cada indivíduo, podendo ser identificada por meio dos seus recursos emocionais individuais, manejo dos membros da família e presença de rede de apoio social, para que, assim, sejam minimizados os efeitos adversos dessa condição familiar (BENCZIK, 2011 apud PALMEIRA; SCORSOLINI-COMIN, 2018, p. 17-18).

Discussão

Com base nos resultados encontrados na literatura científica levantada, é possível inferir que o pai tem um papel tão importante quanto o da mãe para o desenvolvimento infantil, entretanto os estudos acerca do envolvimento parental ainda privilegiam a visão materna em detrimento da paterna e atribuem à esta uma função secundária. A ciência psicológica, aqui retratada pelas abordagens evolucionista e psicanalítica, corrobora essa secundariedade, apresentando a figura paterna como aquela responsável por romper o vínculo mãe-bebê e inserir a criança ao meio social, além de colocar

SOCIEDADE EM REDE:

EDUCAÇÃO, PESQUISA E DESAFIOS NOS TEMPOS ATUAIS

o pai como peça importante de apoio emocional à mãe no período de gravidez (MANFROI; MACARINI; VIEIRA, 2011; BENCZIK, 2011).

A ideia socialmente disseminada de que a mãe é a peça primordial para o desenvolvimento infantil e que o pai é nada mais do que o provedor financeiro e moral influencia no imaginário masculino e atua de modo a perpetuar a ausência paterna, tanto física quanto afetiva. Esse fenômeno influencia igualmente o ideário materno, fazendo com que as mães ainda apresentem resistências a se adaptar à coparentalidade e permitir a participação ativa do pai na criação dos filhos (BORSA; NUNES, 2011).

A problemática apresentada é que a ausência de uma figura paterna forte pode interferir negativamente na estruturação familiar, o que pode afetar diretamente o desenvolvimento de uma criança, já que a presença de cuidadores é essencial para um desenvolvimento psicossocial saudável (PAPALIA; FELDMAN, 2013). Saraiva, Reihardt e Souza (2012), por meio de uma pesquisa bibliográfica, apontaram que

A ausência do pai, não apenas física, mas, sobretudo, a ausência psicológica, mostra-se como uma dimensão bastante importante na gênese dos comportamentos de risco [...] tanto na infância quanto na adolescência (p. 57).

Em contraste a isso, Palmeira e Scorsolini-Comin (2018), em um estudo pautado no reconhecimento tardio da paternidade, apontaram que, na ausência do pai durante a infância, indivíduos encontraram outros significativos como substitutos ao pai, como avós, tios e irmãos, fazendo com que não encontrassem muitas repercussões negativas devido à ausência paterna. Nesse contexto, o reconhecimento tardio da paternidade promoveu mudanças na organização psíquica da criança, incluindo maior valorização da figura materna e procura da figura paterna em outros indivíduos. Percebeu-se que o reconhecimento legal não foi o suficiente para construir laços afetivos entre pais ausentes e filhos.

Assim, encontrou-se que a ausência paterna não atinge todos os indivíduos igualmente. Aspectos como estado socioeconômico, estruturação da família, fragilidade psíquica ou social influenciam na subjetivação de um pai ausente e em suas repercussões para a criança. Diversos fenômenos podem acometer uma criança ou adolescente, como o desenvolvimento de comportamento delinquentes, uso de substâncias psicoativas ou transtornos depressivos e ansiosos, mas a ausência do pai não pode ser considerada a única causa para isso.

Conclusão

Conclui-se que os estudos acerca do papel do pai para o desenvolvimento infantil ainda não são tão assertivos quanto os voltados para o envolvimento materno, ainda apresentam o pai como uma figura secundária na Primeira Infância. Do mesmo modo, as pesquisas acerca dos efeitos da ausência paterna também são incipientes e ainda falham em apresentar justificativas completas de como e por que esse fenômeno pode afetar os indivíduos em desenvolvimento. De modo geral, as pesquisas acerca da ausência do pai se mostraram como estudos transversais de caráter exploratório e descritivo, com ênfase em revisões bibliográficas, entrevistas e estudos de caso, os quais estabelecem relações correlacionais entre fatos distintos. A realização de pesquisas longitudinais com caráter explicativo seria interessante para melhor compreensão do papel do pai para o desenvolvimento infantil e das implicações da ausência paterna, além de realizar relações causais entre os fatos.

Além disso, cabe à Psicologia, como ciência, se aprofundar na questão da paternidade do mesmo modo que apresenta a importância da maternidade. O funcionamento psicossocial do indivíduo é extremamente influenciado por suas primeiras experiências sociais, as quais acontecem no ambiente familiar, portanto, deve-se aprofundar nessa questão. Por fim, é preciso ter em mente que cada indivíduo é singular, bem como seu funcionamento subjetivo, o que não permite atribuir relações de universalidade acerca dos fenômenos expostos.

Referências

BENCZIK, E. B. P. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 28, n. 85, p. 67-75, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000100007&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 03 jun. 2020

SOCIEDADE EM REDE:

EDUCAÇÃO, PESQUISA E DESAFIOS NOS TEMPOS ATUAIS

BORSA, J. C.; NUNES, M. L. T. Aspectos psicossociais da parentalidade: O papel de homens e mulheres na família nuclear. **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 29, n. 64, jan-mar. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19835>>. Acesso em: 23 set. 2020.

BUENO, R. K.; VIEIRA, M. L. Análise de estudos brasileiros sobre o pai e o desenvolvimento infantil. **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 32, n. 76, nov. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20247>>. Acesso em: 07 jun. 2020.

CUNICO, S. D.; ARPINI, D. M. A família em mudanças: desafios para a paternidade contemporânea. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 28-40, jul. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 set. 2020.

CUNICO, S. D.; ARPINI, D. M. Significados de paternidade em famílias monoparentais femininas. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 40-48, dez. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472016000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 jun. 2020.

EIZIRIK, M.; BERGMANN, D. S. Ausência paterna e sua repercussão no desenvolvimento da criança e do adolescente: um relato de caso. **Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 330-336, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082004000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

IBGE. **Estatísticas de Gênero**. 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,43,432220,432360,432345,431550,430690,430930&cat=-14,49,50,-15,-16,55,-17,-18,128&ind=4703>>. Acesso em: 12 maio 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual**. Tabela 6788 – Domicílios, por sexo do responsável e espécie da unidade doméstica. 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6788#resultado>. Acesso em: 23 set. 2020.

MARCONDES, J. F. et al. Família e infância no passado e no presente: considerações sobre a guarda compartilhada. **Revista Mundi Sociais e Humanidade**, Curitiba, v. 23, n. 3, p. 01-28, 2018. Disponível em: <http://periodicos.ifpr.edu.br/index.php?journal=MundiSH&page=article&op=view&path%5B%5D=461>. Acesso em: 23 set. 2020.

MANFROI, E. C.; MACARINI, S. M.; VIEIRA, M. L. Comportamento parental e o papel do pai no desenvolvimento infantil. **Rev. Bras. Cresc. e Desenv. Hum**, [s.l.], v. 21, n. 1, p. 59-69, 1 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/19996>>. Acesso em: 23 set. 2020.

PALMEIRA, H. M.; SCORSOLINI-COMIN, F. Reconhecimento tardio de paternidade e suas repercussões no desenvolvimento dos filhos. **Vínculo**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 01-26, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902018000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 jun. 2020.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PERUCCHI, J.; BEIRAO, A. M. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 57-69, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 jun. 2020.

SOCIEDADE EM REDE:

EDUCAÇÃO, PESQUISA E DESAFIOS NOS TEMPOS ATUAIS

SANTOS, D. S.; ANGONESE, A. S. O impacto da figura paterna no desenvolvimento emocional e da personalidade dos filhos. **Unoesc & Ciência - ACBS**, v. 7, n. 1, p. 97-104, 6 jun. 2016. Disponível em: <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/acbs/article/view/10066>>. Acesso em: 07 jun. 2020.

SARAIVA, L. M.; REINHARDT, M. C.; SOUZA, R. C. A função paterna e seu papel na dinâmica familiar e no desenvolvimento mental infantil. **Rev. bras. Psicoter.**, v. 14, n. 3, p. 52-67, 2012. Disponível em: <http://rbp.celg.org.br/detalhe_artigo.asp?id=103>. Acesso em: 23 set. 2020.

SGANZERLA, I. M.; LEVANDOWSKI, D. C. Ausência paterna e suas repercussões para o adolescente: análise da literatura. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 295-309, ago. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682010000200005>. Acesso em: 26 jun. 2020.

SILVA, G. C. C. da et al. A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 65-76, dez. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 set. 2020.